

MENSURAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO – TO

Social and economic indicators measurement in the Bico do Papagaio microregion – TO

Medición de los indicadores sociales y económicos de la microrregión del Bico do
Papagaio – TO

Aleksander Bôvo Silva
Universidade Federal do Tocantins - UFT
aleksander.bs@hotmail.com

Nilton Marques Oliveira
Universidade Federal do Tocantins - UFT
niltonmarques@uft.edu.br

Erisvaldo Oliveira Alves
Universidade Federal do Tocantins - UFT
alvesbm12@gmail.com

Resumo

A pesquisa analisou o desenvolvimento regional da Microrregião do Bico do Papagaio - TO, através do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), para os anos de 2000 e 2010. Essa metodologia utiliza dados de base secundária e objetiva estimar o grau de desenvolvimento da região. Os resultados indicam que a região foi palco de violentas disputas pela posse da terra e que o município de Tocantinópolis destaca-se como Polo, apesar de apresentar baixos indicadores econômicos. A microrregião apresenta aptidão para o agronegócio, principalmente a agricultura (boa qualidade do solo). De forma geral, os municípios apresentam baixo desempenho nas dimensões econômica e social, destacando-se com piores indicadores o município de São Sebastião do Tocantins. Há necessidade de políticas públicas de caráter regional e investimentos em infraestrutura básica para estimular o potencial produtivo, para que, em um processo de transbordamento, se alcance melhores indicadores sociais na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Microrregião do Bico do Papagaio; Índice.

Abstract

This research studied the regional development in the Bico do Papagaio Microregion, Tocantins State (TO), Brazil, using the Regional Development Index (RDI) for 2000 and 2010. In this methodology, secondary data is used to estimate the regional development level. Results indicate that this microregion has been the scene of violent disputes over

land ownership and that the municipality of Tocantinópolis stands out as a Regional Cluster, despite showing low economic indicators. This microregion is suitable for agribusiness, mainly agriculture due to good soil quality. In general, the municipalities of this microregion show low performance in the economic and social areas, and the municipality of São Sebastião do Tocantins stands out with the worst indicators. There is a need for regional public policies and investments in basic infrastructure to promote productive potential so that, in an overflow process, better social indicators can be achieved in the region.

Keywords: Index. Bico do Papagaio Microregion. Regional Development.

Resumen

La investigación analizó el desarrollo regional de la Microrregión del Bico do Papagaio - TO, a través del Índice de Desarrollo Regional (IDR), para los años 2000 y 2010. Esta metodología utiliza datos de base secundaria y tiene como objetivo estimar el grado de desarrollo de la región. Los resultados indican que la región fue escenario de violentas disputas por la posesión de la tierra y que el municipio de Tocantinópolis se destaca como Polo de desarrollo, a pesar de presentar bajos indicadores económicos. La microrregión presenta capacidades para el agronegocio, principalmente la agricultura (buena calidad del suelo). En general, los municipios presentan bajo desempeño en las dimensiones económica y social, destacándose con los peores indicadores el municipio de São Sebastião do Tocantins. Hay necesidad de políticas públicas de carácter regional e inversiones en infraestructura básica para estimular el potencial productivo, para que, en un proceso de desbordamiento, se alcancen mejores indicadores sociales en la región.

Palabras clave: Desarrollo Regional; Microrregión del Bico do Papagaio; Índice.

Introdução

Os últimos resultados do censo (IBGE, 2010) mostram que o país possui 16,2 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, o equivalente a 8,5% da população. No Tocantins, esse percentual chega a 11,8% da sua população, cerca de 163 mil pessoas do total de 1.383,4 mil habitantes.

A região de estudo pertence ao Estado do Tocantins, possuidor de alguns dos piores indicadores socioeconômicos do país. A situação inópia da maioria da população é secular, vem desde a sua estrutura socioeconômica baseada na exploração da mineração no século XVIII e persiste até os dias atuais. A Microrregião do Bico do Papagaio¹ é caracterizada por ser uma região de extrema pobreza, com grandes desigualdades sociais e econômicas, além de ter sido palco de enormes conflitos agrários nas décadas de 1970 e

¹ Localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, sua porção extrema é formada por dois rios, o Araguaia e o Tocantins, cujo formato da confluência, “bico”, lhe inspirou o nome, possui uma área de 15.993,20 Km², correspondendo a 5,75% do território do Tocantins e é composta por 25 municípios (SOARES, 2009).

1980. (OLIVEIRA; STRASSBURG; CRESTANI, 2014). A figura 01 apresenta a área de estudo.

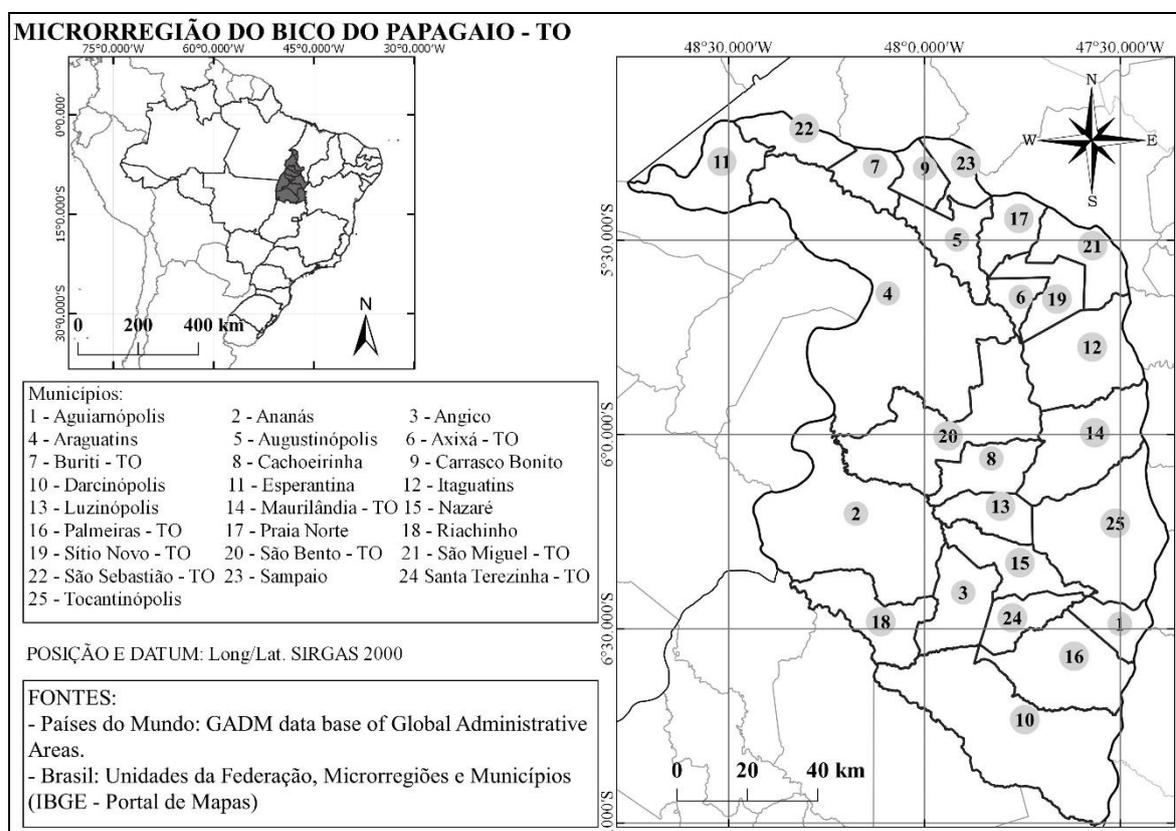


Figura 01 – Mapa da localização dos municípios na Microrregião do Bico do Papagaio – TO. Fonte: Autores com base em Portal de mapas (IBGE/2019)

No Censo Populacional de 2010, registrou-se uma população de 196.367 habitantes, para a Microrregião do Bico do Papagaio, que representa 14% do total do Estado. A densidade demográfica de 12,45 hab/km², enquanto que a do Estado é de 4,98hab/km² e do Brasil 22,40 hab/km² (IBGE,2010). Para Oliveira, Strassburg e Crestani (2014), no Tocantins, há uma grande dispersão da população, afirmam também, que a Microrregião do Bico do Papagaio foi palco dos maiores conflitos de terra do País. Já que, no Tocantins, os conflitos agrários deram-se nos seguintes municípios: Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins.

Diante dessas considerações, fazer uma investigação sobre os indicadores sociais e econômicos nesta microrregião é mais que oportuno. Assim sendo, esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a Microrregião do Bico do Papagaio tem sido objeto de estudo por

diferentes áreas do saber no que se refere aos conflitos e lutas pela posse da terra, no entanto, também é importante apresentar e discutir os indicadores sociais, populacionais e econômicos, através da metodologia do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), trazendo assim, novas contribuições para o debate nessa localidade.

A hipótese central desta investigação é que a utilização de uma abordagem multidimensional para analisar os indicadores sociais e econômicos, na Microrregião do Bico do Papagaio, permitirá a observação por diferentes olhares sobre as dimensões associadas às desigualdades sociais e econômicas, possibilitando uma melhor compreensão do tema e, subsidiando políticas públicas de melhoria do bem estar da população.

O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região (FURTADO, 2009). As teorias do desenvolvimento regional, dentre as quais, está a corrente institucionalista, discutem resultados de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões (NORTH, 1990).

A estratégia de planejamento e desenvolvimento regional poderá estimular o incremento dos avanços tecnológicos empregados na constante capacitação dos recursos humanos da região, no aumento da demanda do comércio e serviços, na infraestrutura de transportes e de comunicações, na geração de emprego e renda e na organização dos produtores, o que induzirá melhora da qualidade de vida de sua população e, conseqüentemente, da sua inserção nas relações econômicas, comerciais e sociais. Toda essa estratégia de planejamento e desenvolvimento está tacitamente enraizada nas instituições (LOPES, 1984; PARADA, 2003).

Isto posto, esta pesquisa, está dividida em quatro partes. Além dessa introdução, contendo a justificativa e os objetivos, na segunda parte descreve-se os procedimentos metodológicos de construção do índice. Na terceira parte tem-se os resultados e discussão, por fim, as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

O Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) tem como propósito identificar e classificar os municípios em: polos, intermediários e retardatários. Para a montagem do cenário, a ferramenta empregada foi o Índice de Desenvolvimento Regional, já que o grau

de desenvolvimento socioeconômico da região pode ser estimado por este índice (OLIVEIRA; PIFFER, 2016). Com isso, é possível classificar os municípios de acordo com o seu padrão de dinamismo econômico e social. O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi construído a partir de indicadores sociais e econômicos, que apresentam o grau de desenvolvimento que cada município se encontra (OLIVEIRA, 2015). Foi dado maior peso para o indicador econômico, por entender-se, que o município com melhor situação econômica possui melhores condições para investir em saneamento básico (água e esgoto), educação e saúde, sem contar a capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social.

Na construção do Índice foi necessário à ordenação dos dados e informações referente aos 25 (vinte e cinco) municípios que compõem a área. Como o objetivo foi medir a evolução do processo de desenvolvimento regional e a dinamicidade dos municípios, os dados foram coletados em dois recortes temporais (2000 e 2010), desta forma, foi possível ranquear e analisar a conjuntura de sua evolução.

No Quadro 01, apresenta-se as variáveis sociais e econômicas que foram utilizadas para estimar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), composto pelo indicador social e econômico.

Quadro 01 – Variáveis utilizadas para estimar o (IDR) com os respectivos pesos

Indicador Social (IS)/Peso	Indicador Econômico (IE)/Peso
População urbana (0,05)	PIB municipal (mil reais) (0,30)
População rural (0,05)	ICMS (0,15)
Consumo de energia elétrica residencial (Mwh) (0,15)	Fundo de participação municipal (FPM) (0,05)
Média de anos de estudos (0,15)	IPVA (0,05)
Médicos por mil habitantes (0,10)	Consumo de energia setorial (Mwh) (0,05)
% de água encanada (0,10)	Emprego (0,40)
% de coleta de lixo (0,05)	-
Leito hospitalar por habitante (0,05)	-
Despesas municipais com saneamento e saúde (0,10)	-
% de pessoas pobres no município (-0,10)	-
Despesas com educação e cultura (0,10)	-

Fonte: Adaptado de Oliveira e Piffer (2016).

Após o levantamento e ordenação dos dados, foi estimado o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), que serviu para classificar e ranquear, conforme o perfil econômico e

social, os municípios da Microrregião do Bico do Papagaio, seguindo as etapas apresentadas a seguir:

- 1) Participação relativa de cada município em relação ao total da microrregião;
- 2) Construção dos índices parciais de cada variável;
- 3) Construção de indicadores social e econômico;
- 4) Elaboração do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).

Uma vez determinado os indicadores sociais e econômicos, obter-se-á, a partir da média aritmética ponderada desses elementos, o Índice de Desenvolvimento Regional, atribuindo-se peso (0,4) para o indicador social e (0,6) para o indicador econômico. No Quadro 02, apresenta-se os procedimentos da estimativa.

Quadro 02 – Índices e variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Índices:	Variáveis:
Part. = $\frac{W_i}{\sum W_i}$	W_i é o valor do município para a variável. $\sum W_i$ corresponde ao valor total da microrregião.
IPWi = $\frac{W_i - W_{\min}}{W_{\max} - W_{\min}}$	IPW_i é o índice parcial da variável W do município i; W_i é a participação da variável W do município i; W_{\min} corresponde à participação do município com o menor valor; W_{\max} corresponde à participação do município com o maior valor;
IS_i = (IPU x 0,05 + IPR x 0,05 + ICE x 0,15 + IMAE x 0,15 + IMH x 0,10 + IAE x 0,10 + ICL x 0,05 + ILH x 0,05 + IDSS x 0,10 + IPP x (-0,10) + IDEC x 0,10)	IS_i = Indicador Social do município i: IPU = Índice de participação da população urbana do município i; IPR = Índice de participação da população rural do município i; ICE = Índice de consumo de energia residencial do município i; IMAE = Índice de média de anos de estudo do município i; IMH = Índice de médicos por mil habitantes do município i; IAE = Índice das unidades com água encanada do município i; ICL = Índice de coleta de lixo do município i; ILH = Índice de leitos hospitalares por habitantes do município i; IDSS = Índice despesas com saneamento e saúde do município i; IPP = Índice de pessoas pobres do município i; IDEC = Índice despesas com educação e cultura do município i;
IE_i = (IPIB x 0,30 + ICMS x 0,15 + IFPM x 0,05 + ICES x 0,05 + IPVA x 0,05 + IE x 0,40)	IE_i = Indicador Econômico do município i: IPIB = Índice Participação do Produto Interno Bruto/município i; ICMS _i = Índice Participação da Arrecadação do ICMS município i; IFPM = Índice Fundo de participação do município i ICES = Índice Consumo de energia setorial do município i; IPVA: Índice de participação do IPVA do município i; IE _i = Índice da participação do emprego total do município i;
IDR_i = (IS_i x 0,4) + (IE_i x 0,6)	IDR _i = Indicador de desenvolvimento regional do município i.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Piffer (2016).

Os municípios que apresentaram IDR igual ou superior a 0,1 foram classificados como municípios polos. Esse grupo apresenta uma dinâmica na sua base produtiva com potencial de crescimento e de consumo. Os municípios cujo IDR situar-se no intervalo compreendido entre 0,099 a 0,050 foram classificados como intermediários, ou seja, apresentam uma estrutura econômica e social em crescimento, não obstante, sua dinâmica é inferior à dos municípios polos, pois conseguem atrair recursos e renda dos municípios retardatários. Os municípios com IDR abaixo de 0,050 foram considerados retardatários, sem qualquer capacidade de implementar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico endógeno, pois não conseguem reter nem atrair recursos de forma a assegurar as condições mínimas de um processo de desenvolvimento regional.

Para atingir o objetivo, as variáveis utilizadas são provenientes dos seguintes órgãos: Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins (SEPLAN-TO); Secretaria de Fazenda do Tocantins (SEFAZ-TO), Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais (MTE/Rais), Contas Regionais do IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado PNUD Brasil; Ministério da Saúde (Data SUS); Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEADATA); Censo Demográfico (IBGE).

Resultado e discussão

De modo geral, todas as variáveis sociais, para a Microrregião do Bico do Papagaio -TO, apresentaram evolução no período, a única que apresenta uma redução é a relacionada com a quantidade de pessoas pobres da região, o que é um fator positivo, já que indica uma redução na pobreza do município, ver quadro 03.

Quadro 03 – Variáveis Sociais da Microrregião do Bico do Papagaio – TO, 2000 e 2010

Variáveis Sociais	2000(a)	2010(b)	Varição% [(b - a)-1]x100
População Urbana	110.993	129.851	17 %
População Rural	63.231	66.516	5 %
Consumo Energia Residencial (Mwh)	39.501,45	67.135,3	70 %
Média Ano de Estudo	3,31	4,33	31 %
Médicos Mill/Habitantes	5,31	7,07	33,14 %
% de água encanada	26%	90,92%	246%
% de coleta de lixo	32,33%	78%	143 %
Unidade de leito hospitalar	7,8	14	100 %
Despesas Saneamento e Saúde *	5.581.801,34	63.938.715	1.045,5 %
% pessoas pobres	68%	37,97%	(-44,4) %
Despesa Educação e Cultura *	7.837.810	87.604.650,3	1.018 %

Fonte: IBGE (censo populacional); IPEADATA; PNUD, Data SUS; SEPLAN-TO; MTE. (2000 e 2010)

Nota (*): os valores foram deflacionados pelo IGP (DI), no preço de 2010.

Com relação ao aumento populacional, a urbana cresceu a uma taxa de 17% no período, e a rural a 5%, em termos de comparação, a população brasileira cresceu 1,7% no período analisado (IBGE, 2010). Os únicos municípios que apresentaram uma variação negativa foram Ananás (-3%), Cachoeirinha (-1,9%), Maurilândia do Tocantins (-0,6%) e Tocantinópolis com (-3%), (Quadro 3). Com relação a população rural, o município de Cachoeirinha apresentou o maior crescimento, comparado aos demais municípios da região (60,6%), sendo este um percentual alto. Na contramão, o município de Sampaio apresentou uma diminuição em sua população rural da ordem de (-32%) no período, e não foi o único. Ainda que em números absolutos, a população rural tenha aumentado, a pesquisa apontou que em 10 (dez) dos 25 (vinte e cinco) municípios analisados, ocorreu diminuição, em média, de 15% de sua população.

Esse movimento em direção a cidade tornou-se frequente nas últimas décadas, com efeitos negativos para esse grupo da população que desloca-se em busca de melhores condições de vida, mas acaba por ocupar regiões periféricas das cidades, sem infraestrutura básica. Além disso, acabam por transformarem-se em força de trabalho excedente e barata, ocupando posições que exigem pouca qualificação e subempregos, gerando externalidades negativas e pressionando o setor público para a promoção de ações sociais (BECKER, 2009). Essa mesma autora, falando da Amazônia, a qual a região faz parte, explica que.

Processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra e, assim, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas (BECKER, 2005, p. 73).

O consumo de energia elétrica residencial demonstrou variação de 70% em 10 anos, sugerindo que o consumo de bens tais como eletrodomésticos aumentou, este aumento tende a estar relacionado com o aumento do PIB (373%), (Quadro 3). Ou mais diretamente, ao bom desempenho da economia no período, já que apresentou boas taxas de crescimento, o que tende a aquecer o consumo, já que, como afirma Brandão (2012), a região não pode ser encarada como uma ilha, está sujeita aos impactos das políticas tributárias, fiscais, cambiais e produtivas, implementadas pelo governo federal. Ao analisar o indicador média de anos de estudo, percebe-se uma melhora, pois em 2000 a média, que era de 3,31 passou para 4,33 anos, em 2010, o município de Tocantinópolis é o que apresenta maior tempo de vivência em sala de aula, são 6,5 anos em média, este

mesmo município é o único que possui uma instituição de ensino superior pública federal, a Universidade Federal do Tocantins - UFT, tal fato, pode justificar a maior vivência educacional, uma vez que o ambiente acadêmico pode tornar-se uma realidade para a população que se sentirá motivada ao ingresso e permanência no sistema de ensino. Ainda sobre a educação e cultura, os gastos, que podem ser entendidos como investimentos, aumentaram em mais de 1.000 (mil) por cento, chegando a mais de R\$ 80 milhões em 2010.

Além do aumento nos gastos com saneamento e saúde, observa-se o mesmo movimento quanto as taxas de acesso a água encanada e de coleta de lixo, 90% e 78%, respectivamente, para o ano de 2010. A saúde tem sua importância social como elemento estruturante do estado de bem-estar social e condição básica de cidadania para a população, e também tem seu papel na geração de emprego, renda e riqueza para o país (COSTA; GADELHA, 2012). Neste quesito, o município com pior desempenho foi São Sebastião do Tocantins, onde 17,33% da população não possui acesso a água encanada e apenas 34% possuía acesso à coleta de lixo, no ano 2010.

Sobre os indicadores econômicos, todos apresentaram uma taxa de variação positiva, significando um aumento no volume de recursos disponível para os municípios que integram a Microrregião do Bico do Papagaio. Ver quadro 04.

Quadro 04 – Variáveis Econômicas da Microrregião do Bico do Papagaio – TO, 2000 e 2010

Variáveis Econômicas	2000 (a)	2010 (b)	Variação% [(b - a)-1]x100
PIB *	263.292,9	1.245.275	373%
ICMS *	4.526.876,06	20.157.819,73	345%
FPM *	14.249.208	103.913.807	629,3%
IPVA *	332.321	3.229.538	871,8%
Consumo Energia Setorial	18.039,45	41.149,05	128,1%
Emprego	3.053	12.699	316%

Fonte: IBGE; IPEADATA; PNUD, Data SUS; SEPLAN - TO; MTE. (2000 e 2010)

Nota (*): os dados foram deflacionados pelo IGP (DI), preço de 2010.

Com os valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, para 2010, o Produto Interno Bruto (PIB), da microrregião, apresentou considerável elevação, o que indicaria um aquecimento da economia local, da mesma forma, mostrou elevação nas transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), podendo este ser elemento essencial da economia da região.

Os aumentos mais significativos foram devido à elevação na arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); em conjunto com o ICMS. Nesse sentido, observa-se um aumento na capacidade de consumo da população, mais mercadorias circulando, mais serviços oferecidos, além de aumento da frota de veículos. Dentre todos os setores, é a administração pública que detém 52,12% de todo o PIB da microrregião, apresentando-se como principal setor que gera dinâmica econômica, sendo elemento importante de política de demanda agregada. Com destaque para os municípios de Araguatins, Tocantinópolis, Ananás e Aguiarnópolis, cidades que polarizam a região em sua direção.

O Índice de Desenvolvimento Regional para a Microrregião do Bico Do Papagaio - TO

Para o ano de 2000, o Indicador Social demonstrou não haver nenhum município classificado como polo, sendo que, Tocantinópolis apresentou um IDR de (0,077), Araguatins (0,058) e Augustinópolis (0,052), por tanto, foram classificados como em transição, os demais 23 municípios foram classificados como retardatários, dentre estes, os mais críticos eram Esperantina (-0,023), Carrasco Bonito (-0,018), Praia Norte (--0,015), Riachinho (-0,011), Maurilândia (-0,008), Santa Terezinha (-0,007), Cachoeirinha e Sampaio (0,004) e São Bento do Tocantins (-0,002).

Já em 2010 alguns municípios já se encontravam em situação de polo de base econômica, houve a inclusão de Tocantinópolis nessa classificação, Araguatins, Augustinópolis continuaram como intermediários, porém houve a inclusão de Ananás, Aguiarnópolis, Nazaré, Buriti do Tocantins, Axixá do Tocantins, São Miguel - TO e Sítio Novo - TO a esta classificação. Outra observação é que, mesmo havendo municípios ainda em estágio retardatário, os mesmos não apresentam resultado negativo como em 2000, os resultados negativos, se referem ao elevado percentual de pessoas pobres nestas localidades, com o processo de transferência de renda, como por exemplo, via bolsa família, reduz-se esse percentual. Os municípios de Darcinópolis, Luzinópolis, São Sebastião e Cachoeirinha foram os únicos municípios que apresentaram uma queda em comparação com os demais. Porém, os resultados são otimistas, uma vez que pode-se supor que em mesmo intervalo de análise, os municípios poderão encontrar-se em estágio de transição.

Para o Indicador Econômico, em 2000, não há municípios tidos como polos ou em transição, todos são retardatários, os melhores resultados estão em posse de Tocantinópolis

(0,0266), Araguatins (0,0217) e Ananás (0,0156). Os três piores são Carrasco Bonito (0,0011), Luzinópolis (0,0010) e Cachoeirinha (0,0004).

Para 2010, não houve mudanças significativas no desempenho deste indicador, a microrregião continua sem apresentar municípios classificados como polos ou em transição, Tocantinópolis outrora detentor da melhor classificação, perde posição para Araguatins, Augustinópolis, por sua vez, avança consideravelmente, passando de (0,0088) em 2000 para (0,0111) em 2010. Santa Terezinha apresenta-se como município com pior desempenho, com o IDR de (0,0016). A figura 02 apresenta o mapa da região com os resultados do Social e econômico.

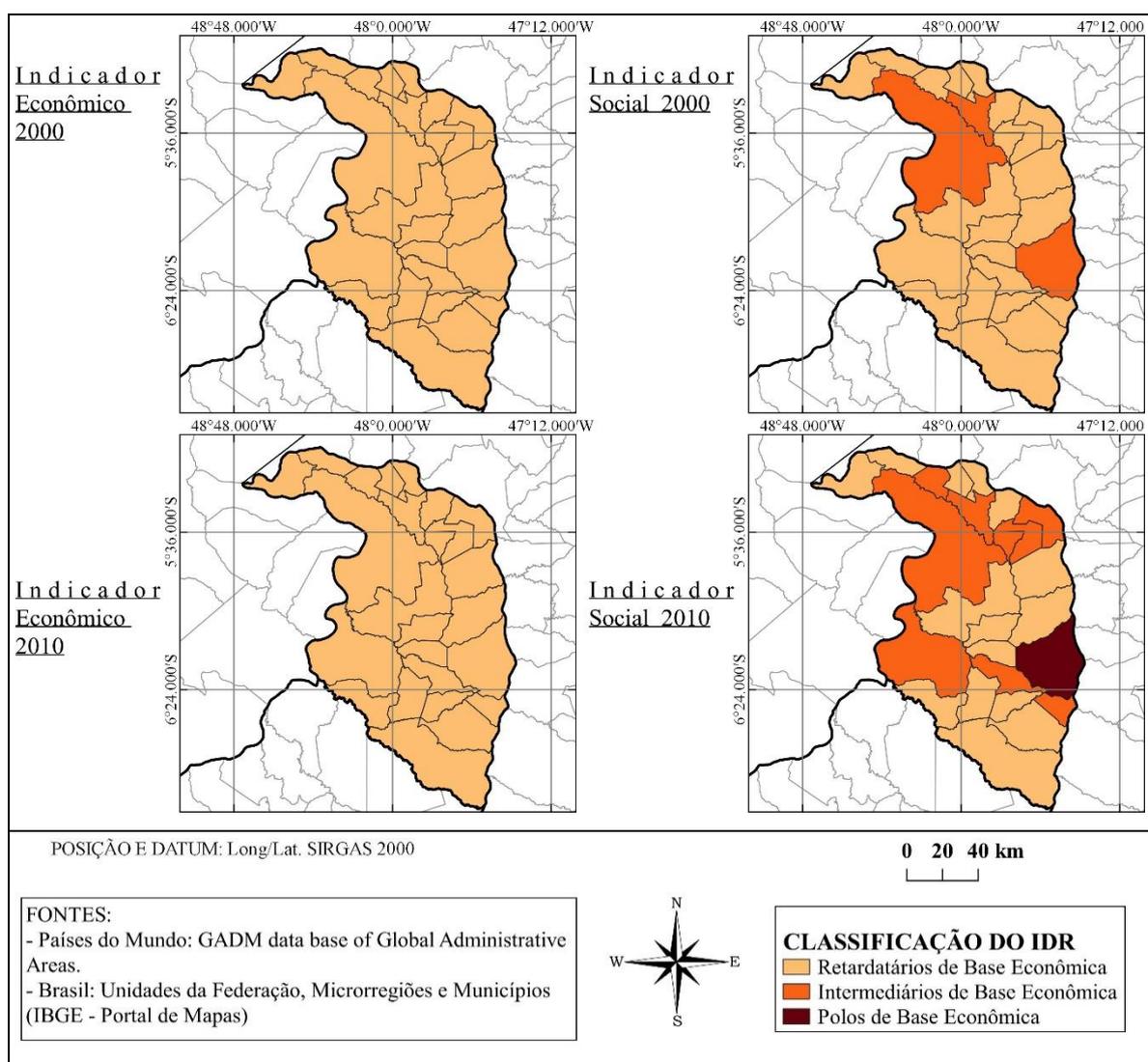


Figura 02 – Mapa indicadores social e econômico da Microrregião Bico do Papagaio – TO. Fonte: Autores com base em Portal de mapas (IBGE/2019)

O panorama do Indicador Econômico pode derivar de a microrregião ser fortemente sustentada por programas de transferência de renda governamental, apresentando comércio fraco e como padrão a agricultura familiar, artifícios esses que dificultam o crescimento econômico da região, refletindo no desenvolvimento regional.

Classificação dos Municípios Segundo o IDR

Analisando o Índice, observa-se que em 2000, apenas Tocantinópolis encontrava-se como município polo de base econômica, Araguatins (0,080), Augustinópolis (0,061) e Ananás (0,057) eram os únicos em transição, os demais 21 municípios que compõem a microrregião eram considerados retardatários, sendo os piores, Sampaio (-0,002), Cachoeirinha (-0,004), Santa Terezinha (-0,006), Maurilândia (-0,007), Riachinho (-0,008), Praia Norte (-0,014), Carrasco Bonito (-0,017) e Esperantina (-0,021), sendo estes os únicos municípios a apresentarem desempenho negativo.

Já para o ano de 2010, Tocantinópolis (0,128) continua como melhor classificado, considerado município polo de base econômica, seguido de Araguatins (0,105) na mesma classificação. Na classificação de “Em transição” ocorreu um aumento de 3 (três) para 9 (nove) municípios, sendo eles: Augustinópolis, Ananás, Aguiarnópolis, Nazaré, Buriti do Tocantins, São Miguel, Sítio Novo, Axixá do Tocantins e Itaguatins. Quanto aos Retardatários, todos apresentaram variação positiva no período. A figura 03 apresenta o resultado do IDR para os anos de 2000 e 2010.

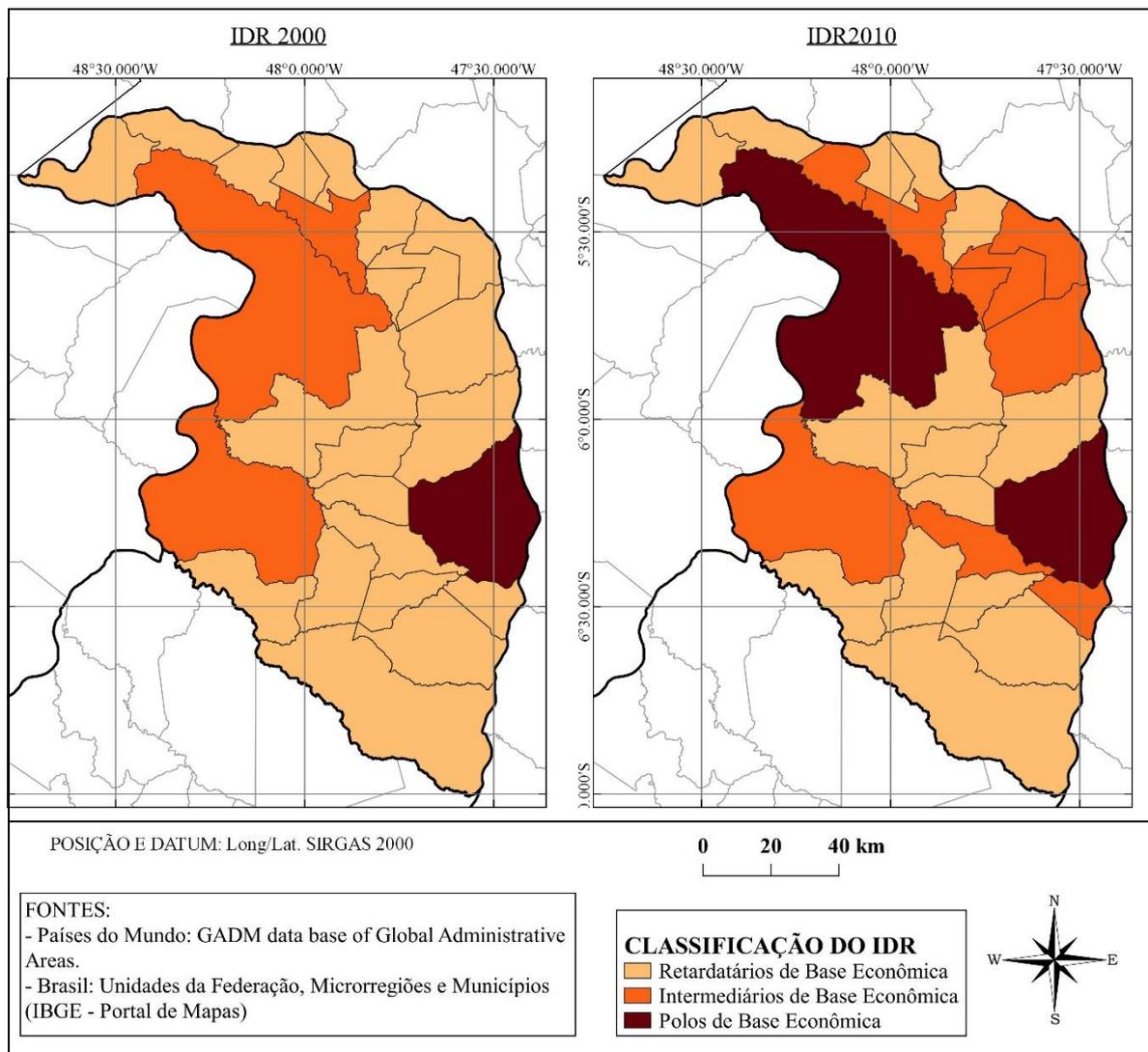


Figura 03 – Mapa IDR para a Microrregião Bico do Papagaio – TO (2000 e 2010)
 Fonte: Autores com base em Portal de mapas (IBGE/2019)

Em números, tem-se que em 2000 a produtividade agrícola por hectare fora de R\$ 303,36/ e em 2010 de R\$703,48/ha (IPEADATA, 2010), na microrregião, em comparação com a produtividade nacional que era de R\$ 871,50/ha e R\$ 1.075,50/ha em 2000 e 2010 respectivamente. Isso demonstra que a região, mesmo não tendo os melhores resultados nos indicadores, apresenta aptidão para a atividade agrícola, já que, possui solos férteis, derivado de rocha basáltica, terra roxa estruturada. O pó desta rocha é utilizado como fertilizante para correção do solo, o que reduz os gastos com fertilizantes industrializados. Segundo Ipeadata (2010) os principais gêneros praticados na agricultura são arroz, gerando R\$ 48.787,69, milho (R\$24.576,13), mandioca (R\$21.153,91) e soja (R\$20.061,80). As exportações da microrregião totalizaram US\$ 29.507,00 em 2010.

Araguatins destaca-se dentre os municípios da região, já que o valor de sua produção agrícola é de R\$ 1.170,29, reflexo de área plantada e colhida, também superiores, 160/ha e 150/ha respectivamente. Em contraste com o município de São Sebastião - TO, tido como pior resultado no cálculo do IDR 2000-2010, o mesmo apresentou valor de produção com apenas R\$ 76,16 mil, e uma área plantada de apenas 68 hectares. Os municípios apresentam ainda pouca participação no PIB estadual, em média R\$ 50 mil/ município, enquanto as despesas com saúde e educação, custeadas pelo governo federal e estadual superam a casa dos R\$ 1 milhão/município.

A dependência de transferências constitucionais é uma realidade da região, exemplo é a ineficiência na arrecadação do IPTU, o que poderia ser o principal recurso de fonte própria para esses municípios. Para explicar essa situação, tem-se fatores como o custo de operacionalização da arrecadação, que pode ser superior à expectativa de receita, mas existe outro ponto, bem mais contundente, é que em termos culturais e de governança local, muitos gestores municipais não querem se indispor com seu eleitorado (contribuinte), abdicando das fontes de arrecadação próprias, em consequência, diante da escassez de recursos, apresentam ações de gestão reduzidas, diante das necessidades da população.

É certo, segundo Perroux (1977), que o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia, diante disto, podemos deduzir que Tocantinópolis e Araguatins são polos de desenvolvimento da microrregião, estes dois municípios demonstraram os melhores resultados. Ferrera de Lima (2003) e Oliveira (2019) acreditam que os polos de desenvolvimento fornecem uma interpretação espacial do crescimento econômico e sugerem estratégias para o desenvolvimento de regiões deprimidas e para a construção de sistemas urbanos.

Outro ponto importante a ser salientado está embasado no pensamento de North (1977), relativo a teoria da localização e crescimento econômico regional, segundo North, há uma sequência típica dos estágios que as regiões percorrem o curso do seu desenvolvimento. O primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões é uma fase de economia de subsistência auto-suficiente, na qual existe pouco investimento ou comércio. Este primeiro estágio é observável na grande maioria dos municípios componentes do objeto de estudo, entretanto, Tocantinópolis e Araguatins são exemplos

de municípios que encontram-se no terceiro estágio, quando com o aumento do comércio inter-regional a região tende a se deslocar através de uma sucessão de culturas agrícolas, que vão da pecuária extensiva à produção de cereais, à fruticultura, à produção de laticínios e à horticultura.

É claro que essa teoria serve apenas de base e os municípios podem apresentar características de diferentes estágios, por exemplo, os dois municípios mencionados, participam timidamente na produção para a exportação, porém tão característica segundo North (é o último estágio que uma região pode alcançar).

Uma vez que o crescimento é desequilibrado, os núcleos não se desenvolverão de modo igualitário, e isso levará a população a movimentar-se de forma intrarregional e inter-regional. No caso do Bico do Papagaio, há grandes chances de as migrações ocorrerem para os municípios com melhor desenvolvimento econômico e social, tais como Tocantinópolis, Araguaatins, Ananás e Augustinópolis, mas podem ainda ocorrer para os Estados do Pará e Maranhão, limítrofes à microrregião.

Conclusões

A Microrregião do Bico do Papagaio possui potencialidades, mas também inúmeras dificuldades, o solo fértil e grandes extensões territoriais são favoráveis a prática da agricultura moderna (intensiva em tecnologia), diferente do panorama atual, voltado para a subsistência, devido a pressão exercida pelos movimentos da reforma agrária. O alto valor dos repasses governamentais, mediante transferências de renda para a população, são um reflexo da falta de investimento nos setores da indústria de transformação (indústria tradicional, que demanda pouca tecnologia e inovação), extrativismo mineral, no setor da construção civil, comércio e serviços da região, resultando por sua vez, em uma estagnação econômica e social.

É natural que durante o processo de industrialização ocorra em etapas, perpassando diferentes nuances de desenvolvimento, entretanto, a maioria dos municípios analisados encontram-se em um estágio de base econômica intermediário. As políticas para a superação das dificuldades variam de município para município, ou seja, a mesma solução de um município não necessariamente é o melhor caminho para os outros, porque possuem dinâmicas diferentes, por tanto, a individualização das soluções é um desafio que os gestores e formuladores de políticas públicas devem enfrentar para alcançar o desenvolvimento da região.

Qual a melhor política e em que medida deve ser adotada para cada município, é uma limitação detectada, havendo a necessidade de estudo individualizado, buscou-se demonstrar um panorama geral da situação da região, não esgotando o tema.

Outro ponto de destaque, é a necessidade de dados estatísticos para rodar o modelo do (IDR), por tanto, devido à dificuldade de localizar alguns indicadores, ou mesmo a falta de uma proxy, entendida como uma variável de esforço para representar um atributo que se deseja estudar, enfim, a necessidade de utilização dos dados disponíveis, limita o espaço, e principalmente, o tempo em que se estabelece o estudo.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. *Amazônia: Geopolítica na vida do III milênio*. Rio de Janeiro - RJ: Garamond, 2009, 172p.

BRASIL. Ministério da Saúde – Datasus. *Indicadores Básicos, 2000 e 2010*. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=29010>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais*. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas – SP: Editora da Unicamp. 2 ed. 2012, 238p.

COSTA, Laís Silveira e GADELHA, Carlos Augusto. Saúde e Desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. **Rev. Saúde Pública**, v. 46 supl.1 São Paulo Dec. 2012. Epub Dec 18, 2012

FERRERA DE LIMA, J. A concepção do espaço econômico polarizado. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 4, n. 7, p. 7-14, Set. 2003.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009, 234p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Populacional: 2000 e 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. *Portal de Mapas*. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#>>

homepage>. Acesso em 15 abr. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA. *Produto Interno Bruto Municipal: 2000 e 2010*. Disponível em:< <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LOPES, A. S. *Desenvolvimento Regional: problemática, teoria e modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1984, 235p.

NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. (Org). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, Cetrede, Minter, p. 291-314, 1977.

_____. *Institutions, Institutional change and economic performance*, Cambridge: University Press. 1990.

OLIVEIRA, N. M; STRASSBURG, U.; CRESTANI, L. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. *Revista IDEAS*, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. *Desenvolvimento Regional e Territorial do Tocantins*. Palmas-TO: Universidade Federal do Tocantins/Eduft, 2019.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5733091>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

PARADA, J. J. Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias. *Revista de economia institucional*, v. 5, n. 8, 2003.

PERROUX, F. O Conceito de Polos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)*, 2011. Disponível em < <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html> >. Acesso em: 27 jan. 2018.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento. *Indicadores, 2000 e 2010*. Disponível em: <<https://seplan.to.gov.br/estatistica/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.